

A QUESTÃO AGRÁRIA NA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS: DEBATE E DISCUSSÃO ENTRE DIFERENTES MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS

Ana Cláudia Soares da Silva¹
Ana Ivania Alves Fonseca¹

Resumo: A configuração espacial e o diversificado painel regional de Minas Gerais são resultantes de uma heterogeneidade sob os aspectos físicos, econômicos, culturais e sociais carregado de complexidade e potencialidade. “O território mineiro apresenta diferentes graus de desenvolvimento, dinamismo agrícola e agroindustrial resultantes da intensa modernização ocorrido a partir do final dos anos 1970 (CLEPS JR, 2014, p. 3)”. A questão agrária na mesorregião Norte de Minas, é marcada pela concentração de latifúndios, os quais fazem parte do quadro histórico do país. A formação territorial de Minas Gerais configura-se por duas gêneses de ocupação, uma pela frente mineradora e a outra pela pecuária. A ocupação e povoamento do território norte-mineiro e a organização sócio-culturais ao longo da história da região é caracterizada pela concentração e extensão de grandes fazendas. Os conflitos e a formação do espaço rural mineiro revelam o processo de ocupação do território dominado pela força política e pela elite. As desigualdades de terras trazem à tona os latifúndios em exclusão às pequenas propriedades e os trabalhadores sem terra, bem como os diversos conflitos agrários em busca de direitos. “Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas (OLIVEIRA, 1991, p.26)”. A Geografia dos assentamentos no espaço rural norte-mineiro pode ser bem compreendida a partir da territorialização e espacialização da luta pelo acesso à terra. Considerando a relevância social representada pelos assentamentos rurais é importante destacar a diversidade dos programas e as modalidades de assentamentos que trouxeram para o espaço rural novas territorialidades distintas.

Palavras-Chave: Reforma agrária; Assentamentos; Territorialidades.

Introdução

A reforma agrária e os diferentes mecanismos de acesso a terra, trazem uma discussão sobre o processo de formação do Brasil a partir de concepções teóricas e conceituais. “Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas (OLIVEIRA, 1991, p.26)”.

A configuração espacial e o diversificado painel regional de Minas Gerais são resultantes de uma heterogeneidade sob os aspectos físicos, econômicos, culturais e sociais carregado de complexidade e potencialidade. “O território mineiro apresenta diferentes graus de desenvolvimento, dinamismo agrícola e agroindustrial resultantes da intensa modernização ocorrida a partir do final dos anos 1970 (CLEPS JR, 2014, p. 3)”.

A questão agrária na mesorregião Norte de Minas, é marcada pela concentração de latifúndios, os quais fazem parte do quadro histórico do país. A formação territorial de Minas Gerais configura-se por duas gêneses de ocupação, uma pela frente mineradora e a outra pela pecuária. A ocupação e povoamento do território norte-mineiro e a organização sócio-culturais ao longo da história da região é caracterizada pela concentração e formação de grandes fazendas.

¹ Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes.

As reivindicações no campo mineiro seguiram uma trajetória de conflitos dos movimentos sociais na luta pela reivindicação da reforma agrária, sendo um dos problemas sociais do Estado. No contexto, é interessante salientar a constituição dos assentamentos que seja pela ocupações/desapropriação, mas também pelas demais modalidades e programas criados na década de 1990.

Para tanto, o presente trabalho consiste em compreender a questão agrária na mesorregião Norte de Minas e as diferentes modalidades de assentamentos. Os procedimentos metodológicos basearam-se em estudos teóricos com autores que discutem a temática.

Desigualdades de acesso à terra e a formação de assentamentos rurais na mesorregião Norte de Minas

A questão agrária no Brasil pode ser analisada em variáveis dimensões a depender da linha de trabalho e as abordagens dos diferentes aspectos da realidade do país. Na ciência geográfica, essa expressão é interpretada para explicar como a sociedade apropria da natureza e da terra e à ocupação do homem no território (STEDILE, 2011). Entender a reforma agrária e os assentamentos rurais sob o prisma da Geografia é analisar as dimensões espaciais dos fenômenos, os territórios e as territorialidades.

A origem da problemática fundiária brasileira é resultado da forma de colonização e exploração do território. Essa estrutura repercutiu em um modelo altamente excludente, com a produção de dois lados antagônicos, um formado pelos latifúndios e o outro pelos movimentos em prol da reforma agrária. A concentração de terras repercutiu na produção de um espaço desigual o que representou a base necessária para políticas sociais.

Os latifúndios considerados improdutivos por lei transformaram em empresas rurais, permanecendo a mesma estrutura agrária. Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal foram colocados à disposição de empresários, essa modernização conservadora justificou ainda mais a concentração em mãos de poucos. As terras públicas das chapadas dos sertões do Norte de Minas tornaram particulares, na posse do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos (PORTO-GONÇALVES, 2000).

O desenvolvimento da região norte-mineira, concomitante a modernização proposta pelo Estado, decresceu a oferta do trabalho rural e aumentou os empregos temporários. A forma de organização produtiva vem explicar a subordinação dos trabalhadores ao capital em condições precárias de vida. A estrutura fundiária agravou a situação de opressão e “escravidão” dos trabalhadores do campo, nesse contexto o espaço rural passou a ser palco de conflitos entre grileiros, posseiros e trabalhadores sem terra (PAULA, 2003).

Especificamente, na mesorregião Norte de Minas, a modernização² e a concentração fundiária ocasionaram o surgimento da luta pela terra em diversos municípios. A partir dessa configuração no espaço rural, intensificam os conflitos de terras através dos grandes empreendimentos e modernização do campo. “[...] tal processo produziu intensas transformações na paisagem regional, influenciando diretamente a vida das populações rurais” (FEITOSA e BARBOSA, 2006, p. 171).

Nesse período, gradativamente começaram diversas lutas de resistências e ocupações isoladas em todas as regiões de Minas. Em 1985, os movimentos sociais

² A modernização da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. A constituição dos “Complexos Agroindustriais” – CAIs, incentivados pelo Estado, modernizou a agricultura, concentrou ainda mais as terras e liberou grande contingente de agricultores, pequenos proprietários e trabalhadores rurais, contribuindo enormemente para o aumento do êxodo rural (CLEPS JR. e PAULA, 2002, p.4).

articularam em nível estadual na busca de fortalecimento e luta. No Encontro Estadual das Mesorregiões reuniram em Belo Horizonte, os representantes do Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Zona da Mata, nesse momento foram relatados pelos trabalhadores as diferentes ocupações isoladas, formadas principalmente por posseiros (FERNANDES, 2000).

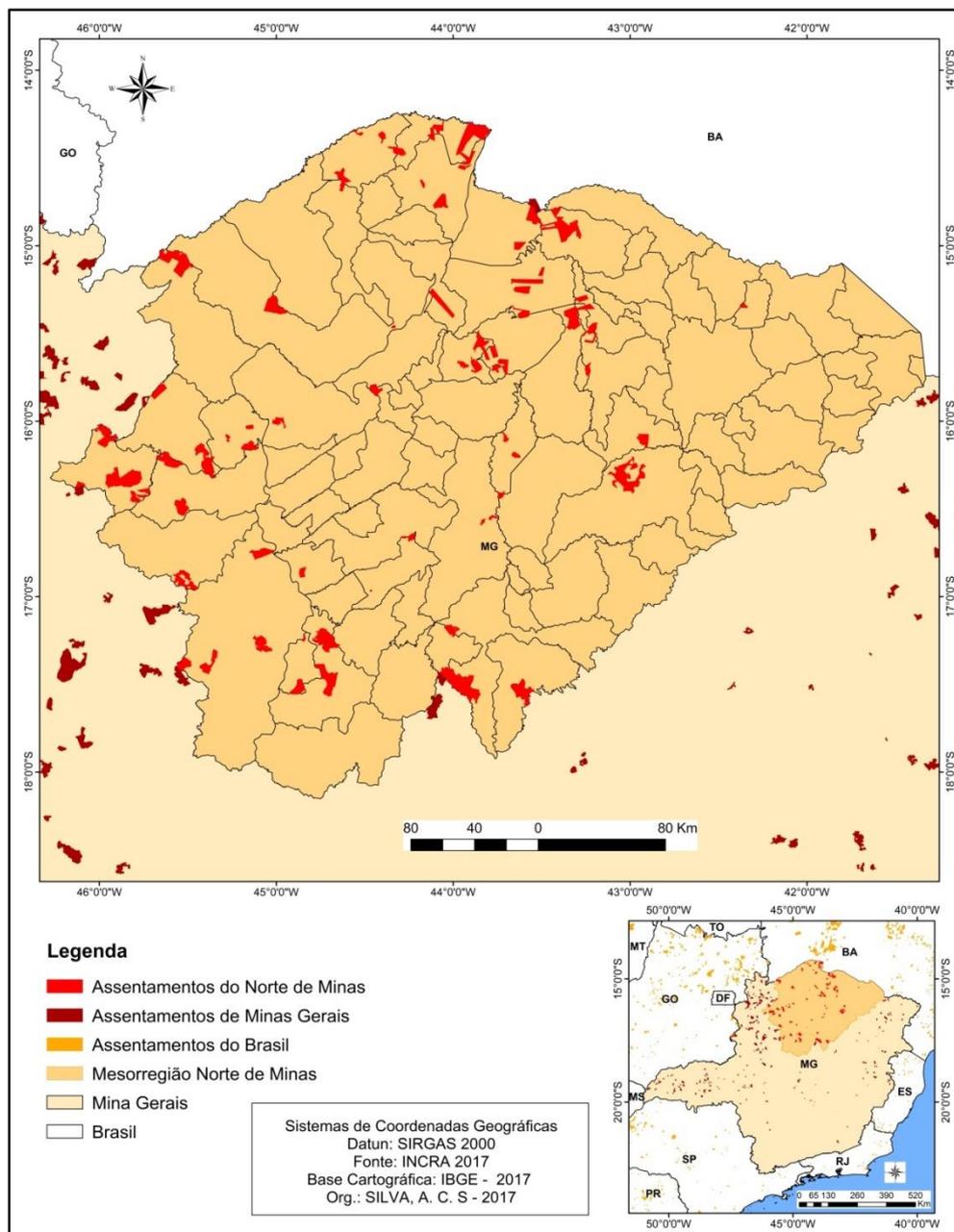
Os assentamentos rurais são criados como resultado da pressão dos movimentos sociais, as implantações dos programas de assentamentos e as diferentes modalidades representaram uma nova realidade para as questões agrárias no Brasil (OLIVEIRA, 2002). Norder (2004, p.61) faz uma referência que “os assentamentos teriam sido conquistados pelos trabalhadores rurais e não exatamente “implentados” pelo Estado”.

O debate atual dessa política está centrado nas necessidades reformuladas sobre o contexto da demanda atual dos enfrentamentos e os desafios presentes no espaço rural. Diante de todo quadro da diversidade de assentamentos e as diferentes formas de acesso a terra, destacam-se as inúmeras contradições e as dificuldades que essa política se apresenta na contemporaneidade.

A luta pela terra e os mais dinâmicos desdobramentos no campo brasileiro ainda prosseguem marcados pelos conflitos, elemento mobilizador para a inexistência de uma política pública destinada a Reforma Agrária. As modalidades de assentamentos são caracterizadas de acordo com a diversidade regional, bem como as formas de criação, legislação e a incorporação de projetos fundiários, originados por diferentes políticas de obtenção de terras.

A precária política de assentamentos rurais, parte das inúmeras razões como: ausência de apoio técnico e creditício com medidas que fomentam as famílias condições efetivas de produção, comercialização, melhoria das condições de vida, obras de infraestruturas produtivas e sociais (ALENTEJANO, 2004). Sobre os assentamentos implantados pelo INCRA no Norte de Minas, o mapa 1 apresenta a espacialização e concentração em alguns municípios mineiros.

Mapa 1- Assentamentos rurais da mesorregião Norte de Minas



O avanço dos movimentos sociais, em parceria e apoio dos sindicatos locais, ONG's, pastorais católicas e organizações que indiretamente contribuíram pela democratização do acesso a terra na região, transformaram este cenário de luta e mobilização geral no país. Neste contexto, são analisadas as políticas de reforma agrária, com a formação de assentamentos em diferentes formas de obtenção de terras (CLEPS JR, 2014).

Considerando a relevância social representada pelos assentamentos rurais nos municípios norte-mineiros, é importante destacar a diversidade dos programas e modalidades de assentamentos que trouxeram para o espaço rural novas espacialidades e territorialidades distintas. Os mecanismos de acesso à terra podem ser destacados conforme tabela 1.

Tabela 1 – Formas e mecanismos de acesso a terra

Mecanismo de obtenção	Características	Legislação
Adjudicação	Ato judicial de transferir a propriedade, esta terá todos os direitos de domínio e posse.	Arts. 708, 714 a 715 do Código de Processo Civil.
Arrecadação	<i>Arrecadação de terras devolutas</i> : é o ato de incorporar ao patrimônio público as terras devolutas não cobertas por título de domínio particular. <i>Arrecadação sumária</i> : terras públicas identificadas como devolutas.	Art. 28 da Lei 6.383/76
Cessão	Transferência dos direitos de uso da terra pertencentes ao Poder Público, a fins de reforma agrária.	Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.
Compra e venda	Adquirir imóveis rurais, por compra e venda para fins de reforma agrária.	Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992 • Artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964.
Confisco	Apoderamento do patrimônio alheio por apreensão ou adjudicação, quando o ex-proprietário é destituído de seus bens, sem nenhuma indenização.	Art. 243 da Constituição Federal Art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.
Desapropriação	A desapropriação de terras para fins de reforma agrária se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social.	Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal, Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962, Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003.
Discriminação	Procedimento utilizado para identificar terras sob o domínio público e terras sob o domínio particular.	Art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976.
Doação	Contrato de uma pessoa, física ou jurídica, (doador), transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário).	Arts. 538 e seguintes, do Código Civil (Lei 10.406/2002).
Incorporação	Ocupante de imóvel da União sem assentimento da mesma.	Arts. 513, 515 e 517 do Código Civil.
Reconhecimento	Medida adotada pelo governo federal para projetos de assentamentos criados pelos governos estaduais e municipais.	DATALUTA • II PNRA
Transferência	Ato de transferir o direito de propriedade de um imóvel, para pessoa física ou jurídica, por leis aceitáveis e reconhecidas.	Sem informações
Reversão de Domínio	Devolução, reversão de um direito. Regresso a um primitivo estado.	Instrução Normativa/ n.º 2, de 20 de Março de 2001.
Financiamento	Condições de financiamentos para obtenção do imóvel rural	Banco da Terra (BT): Lei complementar nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998, Programa Cédula da Terra (PCT): empréstimo nº 4.147BR; O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

Fonte: DATALUTA, 2009; COCA, 2009.

Adaptação: SILVA, 2017.

No final dos anos de 1990, foi implantada uma reforma agrária com apoio do Banco Mundial, designada pelos movimentos sociais por contrarreforma ou Reforma

Agrária de Mercado- RAM. A “reforma agrária” do Banco Mundial frente às políticas de terras impõe sobre os ajustes neoliberais através de projetos de financiamentos e de infraestrutura. As medidas estruturais dessa instituição internacional passaram a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural (RAMOS FILHO, 2009). Esteves (2012) destaca que:

A agenda de políticas agrárias do Banco Mundial pode ser agrupada em suas principais linhas de atuação: i) incentivo às relações de arrendamento e compra e venda de terras; ii) privatização e individualização de direitos de propriedade (coletivas ou estatais); e iii) privatização de terras públicas e comunais. Essas frentes de atuação requerem mudanças nas legislações agrárias, permitindo condições legais e administrativas para fomentar o mercado de terras (e atração de capital para o campo), incluindo nesse conjunto de medidas aquelas que envolvem o cadastro, registro e demarcação de terras (ESTEVEES, 2012, p. 3).

O modelo dessa política proposta pelo Banco Mundial (BIRD) encontrou no Brasil, condições propícias para sua implementação, uma das características evidentes são o interesse do Estado em diminuir gastos sociais, descentralizar atribuições de compromissos e também a criação de políticas governamentais capazes de amenizar a pressão social advinda de lutas históricas (SAUER e PEREIRA, 2006).

O BIRD atua em projetos de investimentos sociais na região do Norte de Minas, Mucuri e Jequitinhonha, através dos recursos do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR/MG). Para acompanhar e avaliar o desempenho do programa PCPR o BIRD visita vários municípios como: Francisco Sá, Grão-Mogol, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Cristália, Gameleiras, Manga e Pedras de Maria da Cruz (BRASIL, 2010). A tabela 2 traz a descrição dos programas de assentamentos criados pela modalidade de financiamento da terra.

Tabela 2–Projetos de Assentamentos adquiridos pelo financiamento da terra

Projetos de Assentamento-RAM	Modalidades	Características
Projeto de Cédula da Terra (PCT)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> •Obtenção da terra, através da compra e venda; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União;
Banco da Terra (BT)	Fora de vigência	<ul style="list-style-type: none"> • LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998
Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) ↓ Linhas de financiamentos <ul style="list-style-type: none"> •Combate à Pobreza Rural (CPR) •Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) •Nossa Primeira Terra (NPT) 	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> •Criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS; Os recursos proveem do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; •Obtenção da terra, através da compra e venda, a seleção dos beneficiários é pelo Governo Federal.

Fonte: DATALUTA, 2008; ROCHA e FERNADES, 2008; INCRA /MDA, 2016.

Adaptação: SILVA, 2017.

Segundo Norder (2004) as políticas governamentais para os assentamentos, na década de 1990 foram marcadamente estáveis e sujeitas as diferentes regulamentações e

rupturas administrativas. A heterogeneidade das condições e origens dos mais diversos assentamentos, relacionados aos fatores de formação reafirmaram a importância da análise histórica do contexto local, regional e nacional.

Considerações finais

As modalidades de assentamentos são caracterizadas de acordo com as diversidades regionais, bem como as formas de criação, legislação e a incorporação de projetos fundiários, originados por diferentes políticas de obtenção de terras. No processo de implantação dos assentamentos pela modalidade INCRA, a lógica de acesso à terra tem o foco nos movimentos sociais. A distribuição da terra são mediante modificações na estrutura fundiária, a fim de amenizar os conflitos, considerando os fundamentos de justiça social e renda para o campo. Já os assentamentos criados pelo financiamento da terra prevalece a lógica de mercado, não apresentando participação de movimentos sociais, nesse critério enfatiza-se também o uso terra sob o princípio social.

A diferença é que no primeiro assentamento a influência desempenhada pelos movimentos inauguram o processo e o Estado, por sua vez, regulariza a obtenção da terra, em análise a maior parte dos assentamentos é proveniente da luta/ocupação/conquista do território. No segundo programa de assentamento, o Estado é o principal fomentador, a implantação dessa política constitui pela seleção de famílias beneficiadas no processo.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Agrária**, nº 1, pp. 2-15, 2004.

BRASIL (2010) Secretaria de Casa Civil de Relações Institucionais/ MG. Disponível em <<http://Www.Iof.Mg.Gov.Br/Index.Php?/Geral/Geral-Arquivo/Bird-Aprova-Programa-Social-Em-Minas.Html>> Acesso em 10/2017.

CLEPS JR, João. Disputas territoriais, reforma agrária e política de criação de assentamentos rurais em Minas Gerais: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária. **Campo-território: revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-18, jun. 2014.

ESTEVES, Marcel Petrocino. O Modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: implicações dos programas executados no Brasil e na América Latina.. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas del XII Colóquio Internacional de Geocrítica.. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-14.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; BARBOSA, Rômulo Soares. A Dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. In: João Cleps Júnior; Janete A. Gomes Zuba; Antônio Maurílio A. Feitosa. (Org.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. 1ed.Goiânia/GO: Ed UCG, 2006, v. 1, p. 171-195.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 316.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Política de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho no Brasil. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: (Caminhos da Geografia). Contexto, 1991. 164 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002. 128p.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; CLEPS JR, João. Vidas Secas: sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: Luciene Rodrigues; Cláudia Maia. (Org.). **Cerrado em Perspectiva(s)**. 1aed. Montes Claros (MG): Editora Unimontes, 2003, v. 1, p. 109-148.

PEREIRA, João Márcio Mendes. SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado/ Sérgio Sauer, João Marcio Mendes Pereira (Orgs.) tradução Werner (inglês) e Sérgio Sauer (espanhol) e ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 173-206p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. **Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais** (1999: Montes Claros, MG). (Orgs) LUZ, Cláudia; DAYREL, Carlos. Montes Claros: CAA-NM, 2000. 307 p.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem-sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado. In: Bernardo Mançano fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo. (Org.). **Lutas Camponesas Contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo e Brasília: Editora da UNESP e NEAD, 2009, v. 2, p. 1-30.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional:1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 304